

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 25/2026



SEMUSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO VELHO - RONDÔNIA

TERAPEUTA OCUPACIONAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Gerais e Atualidades
- ▶ Legislação
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



Conteúdo totalmente alinhado ao edital.



Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.



Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.



Questões gabaritadas.



Bônus especiais que otimizam seus estudos.



**Adquira aqui sua
apostila completa**



SEMUSA-RO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE
PORTO VELHO - RONDÔNIA

TERAPEUTA OCUPACIONAL

EDITAL Nº 25/2026

CÓD: OP-261ST-26
7901204404003

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	9
2. Gêneros e tipos de textos	10
3. Variação linguística: diversidade de usos da língua	11
4. Discursos direto, indireto e indireto livre.....	12
5. Coerência e coesão textuais	15
6. Estratégias argumentativas.....	16
7. Processos de formação de palavras	17
8. Classes de palavras: identificação, flexão e emprego de substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, preposições e conjunções; Uso dos pronomes relativos; Colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos	19
9. Verbo: flexão, conjugação, correlação dos modos e tempos verbais, vozes.....	26
10. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos	28
11. Concordância verbal e nominal	33
12. Regência verbal e nominal.....	35
13. Emprego do sinal indicativo da crase.....	36
14. Usos da pontuação	37
15. Ortografia oficial	38
16. Acentuação gráfica.....	38

Raciocínio Lógico

1. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais. Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação; números decimais; valor absoluto; propriedades no conjunto dos números naturais; decomposição de um número natural em fatores primos; múltiplos e divisores; máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum.....	51
2. Razões e proporções: grandezas direta e inversamente proporcionais; regra de três simples e composta	59
3. Porcentagem	62
4. Grandezas e medidas: quantidade, tempo, comprimento, capacidade e massa.....	64
5. Equações do 1º grau, sistemas de equações do 1º grau e função do 1º grau: resolução de problemas.....	66
6. Média aritmética simples e ponderada	71
7. Noções de lógica matemática: proposições simples e compostas; conectivos lógicos; tabelas-verdade; negação de proposições; equivalências e implicações lógicas; quantificadores.....	72
8. Argumentação lógica: premissas e conclusões; inferências; análise e validade de argumentos	77
9. Diagramas lógicos	81
10. Linguagem dos conjuntos: notação e representação; elementos e relação de pertinência; igualdade de conjuntos; relação de inclusão e subconjuntos; conjunto unitário, conjunto vazio, conjunto universo e conjunto das partes; conjuntos finitos e infinitos; operações com conjuntos - união, interseção, diferença e complementar.....	83
11. Sequências lógicas com números, letras, palavras e figuras.....	85
12. Problemas de associação lógica e de verdades e mentiras.....	89
13. Análise combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjos, permutações e combinações.....	92
14. Probabilidade: conceitos básicos e cálculo de probabilidades em espaços amostrais finitos	95
15. Resolução de problemas envolvendo raciocínio lógico e sequencial.....	98

ÍNDICE

Conhecimentos Gerais e Atualidades

1. Cultura Geral: Fatos Políticos econômicos e sociais do Município, do Estado, do Brasil e do mundo ocorridos nos últimos 05 (cinco) anos, divulgados na mídia nacional e internacional; Atualidades nos assuntos relacionados com economia, ecologia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, educação, religião, qualidade de vida, esportes, turismo, georreferenciamento, inovações tecnológicas e científicas do Município, do Estado, do Brasil e do mundo; Humanidades: movimentos artísticos, culturais e sociais do Município, do Estado, do Brasil e do mundo; Questões da realidade, econômica, cultural, história, geográfica e socioambiental do Município, do Estado, do Brasil e do mundo	103
2. Conhecimentos Gerais e Atualidades: aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Município, do Estado, do Brasil e do mundo	103
3. Noções de cidadania: Símbolos nacionais, estaduais e municipais	107
4. Notícias em Geral: Site da Prefeitura de Porto Velho/RO	111

Legislação Saúde

1. Legislação E Saúde Pública: Constituição Da República Federativa Do Brasil, Com As Emendas Constitucionais: Arts. 196 A 200.....	119
2. Sistema Único De Saúde (Sus): História Do Sistema De Saúde No Brasil	121
3. Reforma Sanitária Brasileira; Concepção, Princípios, Diretrizes E Organização Do Sus	122
4. Lei Orgânica Da Saúde; Participação E Controle Social; Modelos De Atenção À Saúde; Regionalização E Descentralização; Redes De Atenção À Saúde; Atenção À Saúde No Sus; Legislação Federal De Saúde Pública: Lei Federal Nº 8.080/1990 E Alterações	123
5. Lei Federal Nº 8.142/1990 E Alterações. Legislação E Normas Vigentes Relacionadas À Organização, Ao Funcionamento, Ao Financiamento, À Participação E Ao Controle Social Do Sus	134
6. Atenção Primária À Saúde (Aps): Conceitos, Princípios E Atributos	135
7. Atenção Básica: Política Nacional De Atenção Básica (Pnab); Estratégia Saúde Da Família; Equipes E Organização Da Atenção Primária À Saúde; Territorialização	137
8. Cadastramento E Adscrição Da População	142
9. Ações De Promoção, Prevenção, Proteção E Recuperação Da Saúde; Coordenação Do Cuidado E Ordenação Das Redes De Atenção À Saúde.....	143
10. Vigilância Em Saúde: Conceitos, Princípios E Evolução Da Vigilância Em Saúde; Organização E Atuação Da Vigilância Em Saúde Nas Três Esferas De Gestão Do Sus; Componentes E Elementos Da Vigilância Em Saúde; Vigilância Epidemiológica; Vigilância Sanitária; Vigilância Em Saúde Ambiental; Vigilância Em Saúde Do Trabalhador; Vigilância De Doenças, Agravos E Eventos De Saúde Pública; Vigilância Epidemiológica E Investigação De Surtos.....	144
11. Notificação Compulsória; Investigação Epidemiológica; Monitoramento E Resposta A Surtos E Epidemias	145
12. Sistemas De Informação Utilizados Na Vigilância Em Saúde.....	149
13. Vigilância Epidemiológica: Conceitos, Objetivos E Atribuições; Vigilância Epidemiológica Das Doenças Transmissíveis; Vigilância Epidemiológica Das Doenças E Agravos Não Transmissíveis; Investigação De Casos E Surtos; Medidas De Prevenção E Controle.....	154
14. Imunização E Vigilância Das Coberturas Vacinais	156
15. Vigilância Sanitária: Conceitos, Objetivos E Atribuições; Ações De Prevenção E Controle De Riscos À Saúde; Fiscalização, Inspeção E Monitoramento Sanitário	158
16. Vigilância Em Saúde Ambiental: Conceitos E Campos De Atuação; Vigilância De Fatores Ambientais Relacionados À Saúde; Qualidade Da Água Para Consumo Humano; Vigilância De Populações Expostas A Contaminantes Ambientais; Doenças E Agravos Relacionados A Fatores Ambientais	161
17. Vigilância Em Saúde Do Trabalhador: Conceitos, Princípios E Atribuições; Promoção E Proteção Da Saúde Dos Trabalhadores: Investigação E Notificação Dos Agravos Relacionados Ao Trabalho; Prevenção E Controle Dos Riscos E Doenças Relacionados Aos Processos E Ambientes De Trabalho.....	165

ÍNDICE

18. Epidemiologia: Conceitos Básicos, Objetivos E Aplicações	166
19. História Natural Das Doenças E Níveis De Prevenção	171
20. Notificação Compulsória De Doenças, Agravos E Eventos De Saúde Pública; Medidas De Frequência E Ocorrência De Doenças E Agravos	175
21. Indicadores De Saúde: Incidência, Prevalência, Mortalidade E Letalidade.....	177
22. Tipos De Estudos Epidemiológicos.....	180
23. Avaliação De Serviços E Programas De Saúde.....	182
24. Sistemas De Informação Em Saúde: Conceitos, Finalidade E Utilização; Sistemas De Informação De Interesse Para O Sus E Para A Vigilância Em Saúde	187
25. Registro, Processamento, Análise E Utilização Dos Dados Para O Planejamento, Monitoramento E Avaliação Das Ações E Serviços De Saúde.....	190
26. Documentos E Normas Técnicas Do Ministério Da Saúde: Guia De Vigilância Em Saúde, 6ª Edição Revisada, E Atualizações	195
27. Guia De Vigilância Integrada Da Covid-19, Influenza E Outros Vírus Respiratórios De Importância Em Saúde Pública E Atualizações	195

Conhecimentos Específicos Terapeuta Ocupacional

1. Código De Ética E Deontologia Profissional Da Terapia Ocupacional.....	201
2. Sistema Único De Saúde (Sus).....	210
3. Classificação Internacional De Funcionalidade, Incapacidade E Saúde (Cif).....	210
4. Terapia Ocupacional Na Atenção À Saúde Da Criança	214
5. Terapia Ocupacional Na Atenção À Saúde Do Adulto	218
6. Terapia Ocupacional Na Atenção À Saúde Do Idoso	221
7. Terapia Ocupacional Em Programas De Saúde Mental	224
8. Terapia Ocupacional Em Programas De Saúde Coletiva.....	227
9. Terapia Ocupacional Em Programas De Saúde Pública	230
10. Terapia Ocupacional Em Programas De Contextos Hospitalares	234
11. Terapia Ocupacional Em Programas De Assistência Social.....	237
12. Ocupação E Saúde	240
13. Processo Terapêutico Ocupacional	243
14. Comunicação Em Terapia Ocupacional	247
15. Modelos, Métodos E Práticas Da Terapia Ocupacional.....	251
16. Prática Da Terapia Ocupacional Em Cuidado Individual.....	254
17. Prática Da Terapia Ocupacional Em Cuidado Coletivo	258
18. Prática Da Terapia Ocupacional Em Cuidado Ao Usuário Sus	261
19. Prática Da Terapia Ocupacional Em Cuidado Dos Familiares E Cuidadores	265
20. Prática Da Terapia Ocupacional Em Diferentes Equipamentos De Saúde	269
21. Prática Da Terapia Ocupacional Em Cuidado Em Domicílios.....	272
22. Prática Da Terapia Ocupacional Em Diferentes Modalidades, Cenários E Contextos.....	276
23. Avaliação E Tratamento Em Terapia Ocupacional Com Diferentes Condições De Saúde	280
24. Avaliação E Tratamento Em Terapia Ocupacional Das Funções E Estruturas Do Corpo	284

ÍNDICE

25. Avaliação E Tratamento Em Terapia Ocupacional Dos Fatores Ambientais.....	288
26. Avaliação E Tratamento Em Terapia Ocupacional Dos Fatores Pessoais	292
27. Avaliação E Tratamento Em Terapia Ocupacional Das Atividades E Da Participação No Autocuidado, Trabalho E Lazer	295
28. Órteses, Adaptações E Tecnologia Assistiva	299
29. Prática Baseada Em Evidência Em Terapia Ocupacional	303
30. Raciocínio Clínico Ou Profissional Em Terapia Ocupacional.....	307
31. História Da Terapia Ocupacional No Brasil E Na Saúde Mental; Reforma Psiquiátrica; Políticas Públicas De Saúde Mental; Reabilitação Psicossocial; Atenção Aos Usuários De Álcool E Outras Drogas. Ações Em Saúde Mental.....	311
32. Psicopatologia	315
33. Projeto Terapêutico Singular.....	318
34. Desempenho Ocupacional E Saúde Mental.....	322

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentemente ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

AMOSTRA

GÊNEROS E TIPOS DE TEXTOS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► **Tipos textuais**

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

► **Gêneros textuais**

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.



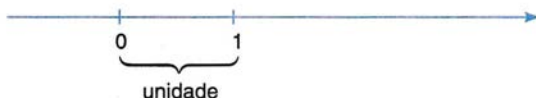
RACIOCÍNIO LÓGICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS. OPERAÇÕES DE ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO E RADICAÇÃO; NÚMEROS DECIMAIS; VALOR ABSOLUTO; PROPRIEDADES NO CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS; DECOMPOSIÇÃO DE UM NÚMERO NATURAL EM FATORES PRIMOS; MÚLTIPLOS E DIVISORES; MÁXIMO DIVISOR COMUM E MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM

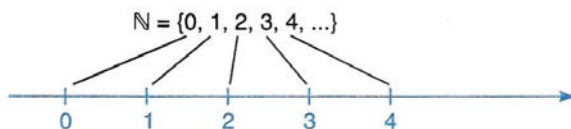
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS - $\mathbb{N}^1$

O conjunto dos números naturais, representado por $\mathbb{N}$, é formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, também conhecidos como algarismos indo-arábicos. Embora o zero não seja considerado um número natural no sentido de representar objetos contáveis da natureza, ele é incluído neste conjunto devido às suas propriedades algébricas semelhantes às dos números naturais.

Portanto, consideraremos que a sequência de números naturais começa com o zero, e podemos representar este conjunto da seguinte forma: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$



As reticências (três pontos) sinalizam que este conjunto é infinito, ou seja, não possui um fim. O conjunto $\mathbb{N}$ é composto por uma infinidade de números.



Excluindo o zero do conjunto dos números naturais, o conjunto será representado por:

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, \dots\}$$

Subconjuntos notáveis em $\mathbb{N}$:

1 – Números Naturais não nulos

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}; \mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$$

2 – Números Naturais pares

$$\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots, 2n, \dots\}, \text{ com } n \in \mathbb{N}$$

3 – Números Naturais ímpares

$$\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots, 2n + 1, \dots\}, \text{ com } n \in \mathbb{N}$$

4 – Números primos

$$\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, 11, 13, \dots\}$$

A construção dos Números Naturais

Cada número natural, incluindo o zero, possui um sucessor, que é o número seguinte na sequência dos números naturais. Exemplos: Seja m um número natural.

a) O sucessor de m é $m+1$.

b) O sucessor de 1 é 2.

c) O sucessor de 4 é 5.

▪ Quando um número natural é o sucessor do outro, esses dois números são chamados de números consecutivos.

Exemplos:

a) 5 e 6 são números consecutivos.

b) 9 e 10 são números consecutivos.

c) 90 e 91 são números consecutivos.

▪ Vários números formam uma coleção de números naturais consecutivos se o segundo é sucessor do primeiro, o terceiro é sucessor do segundo, o quarto é sucessor do terceiro e assim sucessivamente.

▪ Todo número natural dado N , exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

O conjunto é denominado conjunto dos números naturais pares. Embora, em algumas situações, também possamos utilizar a expressão “sequência dos números naturais pares” para representá-lo: $\mathbb{P} = \{0, 2, 4, 6, 8, 10, 12, \dots\}$.

O conjunto a seguir é chamado de conjunto dos números naturais ímpares, também conhecido como a sequência dos números ímpares: $\mathbb{I} = \{1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, \dots\}$.

Operações com Números Naturais

▪ **Adição de Números Naturais:** a primeira operação fundamental da Aritmética tem por finalidade reunir em um só número, todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 soma ou total

▪ **Subtração de Números Naturais:** é usada quando precisamos tirar uma quantia de outra, é a operação inversa da adição. A operação de subtração só é válida nos naturais quando subtraímos o menor número do maior, ou seja quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 07 a diferença.

¹ Referências Bibliográficas:

CABRAL, Luiz Claudio; NUNES, Mauro César – Matemática básica explicada passo a passo – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

AMOSTRA

▫ **Obs.:** o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

▪ **Multiplicação de Números Naturais:** é a operação que tem por finalidade adicionar o primeiro número denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número denominadas multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e 15 é o produto.

- 2 vezes 5 é somar o número 2 cinco vezes: $2 \times 5 = 2 + 2 + 2 + 2 + 2 = 10$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes necessitamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número que é o maior é denominado dividendo e o outro número que é menor é o divisor. O resultado da divisão é chamado quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente obteremos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural e na ocorrência disto a divisão não é exata.

$$\begin{array}{l} a \\ r \end{array} \overline{) b} \Leftrightarrow \begin{cases} a = b \cdot q + r \\ r < b \end{cases}$$

Relações essenciais numa divisão de números naturais:

▪ Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo.

$$45 : 9 = 5$$

▪ Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente.

$$45 = 5 \times 9$$

Atenção: a divisão de um número natural n por zero não é viável, pois, se considerássemos que o quociente fosse q , teríamos a seguinte igualdade: $n \div 0 = q$, o que implicaria em $n = 0 \times q = 0$, o que não é válido. Portanto, a divisão de n por 0 é considerada inviável ou impossível.

Propriedades das operações matemáticas em números naturais: para quaisquer números naturais a , b e c :

- **Associatividade da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutatividade da adição:** $a + b = b + a$
- **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- **Associatividade da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutatividade da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- **Distributividade da multiplicação em relação à adição:** $a \cdot (b + c) = a \cdot b + a \cdot c$
- **Distributividade da multiplicação em relação à subtração:** $a \cdot (b - c) = a \cdot b - a \cdot c$
- **Fechamento:** Tanto a adição como a multiplicação de números naturais resultam em números naturais.

PROBLEMAS COM AS QUATRO OPERAÇÕES

Os cálculos para resolver problemas desse tipo incluem adições e subtrações, seguidas de multiplicações e divisões. Depois, os problemas são resolvidos utilizando princípios algébricos, ou seja, formulamos equações matemáticas com variáveis desconhecidas (representadas por letras). Aqui estão algumas situações que podem ser descritas e resolvidas usando a álgebra.

Atenção: É bom ter em mente algumas situações que podemos encontrar:

O dobro de x : $2x$

O triplo de um número: $3x$

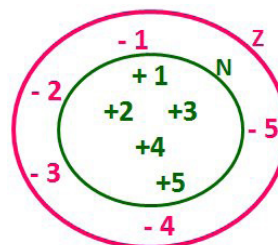
O dobro de um número adicionado de 4: $2x + 4$

Um número adicionado de seu triplo: $x + 3x$

O quádruplo de a subtraído do sêxtuplo de y : $5a - 6y$

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS - Z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, ($N \subset Z$); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z .



$N \subset Z$ (N está contido em Z)

Subconjuntos:

Símbolo	Representação	Descrição
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z^+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^{*+}	Conjunto dos números inteiros positivos
	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^{*-}	Conjunto dos números inteiros negativos

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

CULTURA GERAL: FATOS POLÍTICOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO OCORRIDOS NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS, DIVULGADOS NA MÍDIA NACIONAL E INTERNACIONAL; ATUALIDADES NOS ASSUNTOS RELACIONADOS COM ECONOMIA, ECOLOGIA, HISTÓRIA, POLÍTICA, MEIO AMBIENTE, JUSTIÇA, SEGURANÇA PÚBLICA, SAÚDE, CULTURA, EDUCAÇÃO, RELIGIÃO, QUALIDADE DE VIDA, ESPORTES, TURISMO, GEORREFERENCIAMENTO, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E CIENTÍFICAS DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO; HUMANIDADES: MOVIMENTOS ARTÍSTICOS, CULTURAIS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO; QUESTÕES DA REALIDADE, ECONÔMICA, CULTURAL, HISTÓRIA, GEOGRÁFICA E SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DE ATUALIDADES

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à compreensão de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões,

manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informativo para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, FÍSICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E ESTATÍSTICOS DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO

ASPECTOS GEOGRÁFICOS E FÍSICOS DO MUNICÍPIO, DO ESTADO, DO BRASIL E DO MUNDO

► A base física de Porto Velho e de Rondônia

A capital de Rondônia situa-se às margens do rio Madeira, um dos principais afluentes do rio Amazonas, e essa condição ribeirinha molda praticamente todos os traços físicos e econômicos do município. O relevo predominante na região é de planície e planalto rebaixado, com altitudes modestas e grande presença de áreas de várzea sujeitas a inundações sazonais.

AMOSTRA

O regime pluviométrico é marcado por uma estação chuvosa concentrada entre os meses finais do ano e o início do ano seguinte, alternada com um período mais seco, característica típica do clima equatorial e tropical úmido que recobre toda a Amazônia Ocidental. A vegetação original é a floresta ombrófila densa, com formações de floresta aberta e, em alguns trechos, campos naturais e áreas de transição, o que confere ao território uma biodiversidade elevada e, ao mesmo tempo, grande sensibilidade ambiental a processos de desmatamento e alteração do uso do solo.

Hidrografia e a importância do rio Madeira

O rio Madeira constitui o eixo estruturante da geografia física local. Formado pela confluência de grandes rios que nascem na Bolívia e no Peru, ele percorre uma extensa planície antes de desaguar no Amazonas, e seu curso apresenta trechos de corredeiras que historicamente limitaram a navegação contínua entre o interior e o restante da bacia amazônica. Essa particularidade física foi determinante tanto para a ocupação humana da região quanto para empreendimentos de infraestrutura voltados ao aproveitamento do potencial hídrico do rio, hoje utilizado também para geração de energia elétrica. A dinâmica fluvial do Madeira, com variações expressivas de vazão entre os períodos de cheia e de vazante, segue influenciando a vida cotidiana da população ribeirinha e a logística de transporte de pessoas e mercadorias.

Clima equatorial e paisagem florestal

O clima quente e úmido, com índices pluviométricos elevados e amplitude térmica reduzida ao longo do ano, favorece a manutenção da cobertura florestal onde ela ainda se preserva, mas também impõe desafios específicos de drenagem urbana e de conservação de estradas e edificações. A paisagem florestal amazônica que envolve Porto Velho não é homogênea: alterna áreas de mata primária, trechos já convertidos em pastagens e lavouras, e unidades de conservação ambiental que buscam resguardar remanescentes significativos de biodiversidade. Essa combinação de floresta, rio e clima úmido define o que se costuma chamar de paisagem amazônica típica, compartilhada, com variações locais, por todo o estado de Rondônia.

► A inserção geográfica do Brasil no continente e no mundo

O Brasil ocupa a porção centro-oriental da América do Sul, com litoral voltado para o oceano Atlântico e fronteiras terrestres com praticamente todos os demais países sul-americanos, exceto Chile e Equador. Essa posição confere ao país papel de destaque na integração regional, seja pelas bacias hidrográficas compartilhadas, seja pelos corredores de infraestrutura que conectam o interior do continente ao litoral atlântico. Em termos de extensão territorial, o Brasil figura entre os maiores países do mundo, com dimensões continentais que resultam em grande diversidade de climas, relevos, biomas e fusos horários internos, embora o país adote, para fins administrativos, um número reduzido de horários oficiais em relação à sua extensão longitudinal.

Divisão regional brasileira e a posição da Região Norte

A divisão oficial do território brasileiro em cinco grandes regiões, entre elas a Região Norte, à qual pertence Rondônia, busca agrupar unidades federativas com certa similaridade física, histórica e socioeconômica, ainda que o critério não seja absoluto e varie conforme a finalidade do agrupamento. A Região Norte concentra a maior parte da floresta amazônica brasileira e apresenta a menor densidade demográfica entre as regiões do país, combinada a uma rede urbana historicamente concentrada ao longo dos grandes rios. Essa configuração geográfica explica por que, até décadas recentes, a integração rodoviária entre os estados do Norte e o restante do Brasil permaneceu incompleta, com a navegação fluvial desempenhando papel estruturante no deslocamento de pessoas e cargas.

O Brasil no contexto geográfico mundial

No cenário mundial, o Brasil integra o conjunto de países de dimensão continental, ao lado de nações como Rússia, Canadá, China, Estados Unidos e Austrália, o que lhe confere relevância geopolítica associada à disponibilidade de recursos naturais, à extensão de fronteiras e ao potencial de produção agropecuária e mineral. A posição predominantemente tropical e subtropical do território, somada à presença da maior extensão de floresta tropical úmida contínua do planeta, insere o país em discussões internacionais sobre clima, biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais, temas que repercutem diretamente sobre regiões como a própria Amazônia Ocidental, onde se localizam Rondônia e sua capital.

Nível geográfico	Elemento físico de destaque	Relação com os demais níveis
Município (Porto Velho)	Rio Madeira e planície amazônica	Parte da bacia do Madeira, afluente do Amazonas
Estado (Rondônia)	Floresta ombrófila densa e relevo de planalto rebaixado	Integra a Amazônia Ocidental brasileira
Brasil	Bacia Amazônica e litoral atlântico	Compartilha a Amazônia com países vizinhos
Mundo	Países de dimensão continental	O Brasil figura entre as maiores extensões territoriais do planeta

A tabela apresentada acima evidencia como um mesmo elemento físico, a bacia hidrográfica amazônica, articula escalas geográficas distintas: o curso local do rio Madeira é parte de um sistema fluvial que conecta o município à totalidade da bacia amazônica e, por extensão, a um debate ambiental de alcance internacional. Compreender a geografia física de Porto Velho, portanto, exige observar simultaneamente a escala local da paisagem ribeirinha e a escala continental da floresta amazônica, sem que uma anule a relevância da outra.

LEGISLAÇÃO SAÚDE

LEGISLAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, COM AS EMENDAS CONSTITUCIONAIS: ARTS. 196 A 200

► Saúde

A saúde é direito de todos e dever do Estado. Segundo o artigo 197, da Constituição, as ações e os serviços de saúde devem ser executados diretamente pelo poder público ou por meio de terceiros, tanto por pessoas físicas quanto jurídicas.

A responsabilidade em matéria de saúde é solidária entre os entes federados.

Diretrizes da Saúde:

De acordo com o Art. 198, da CF, as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único – o SUS –, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.

► A Saúde e a Iniciativa Privada

Referente ao Artigo 199, da CF, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada e instituições privadas poderão participar de forma complementar do SUS, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

► Atribuições Constitucionais do SUS

Por fim, o Artigo 200 da CF, elenca quais atribuições são de competência do SUS.

SEÇÃO II DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: (Vide ADPF 672)

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para §1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 155 e 156 - A e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, "a", e II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 156 e 156 - A e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, "b", e §3º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) Regulamento

I - os percentuais de que tratam os incisos II e III do §2º; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - (revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

AMOSTRA

§4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

§5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010)Regulamento

§6º Além das hipóteses previstas no §1º do art. 41 e no §4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)

§7º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022)

§12. Lei federal instituirá pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira, a serem observados por pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 124, de 2022)

§13. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até o final do exercício financeiro em que for publicada a lei de que trata o §12 deste artigo, adequarão a remuneração dos cargos ou dos respectivos planos de carreiras, quando houver, de modo a atender aos pisos estabelecidos para cada categoria profissional.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 124, de 2022)

§14. Compete à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo sistema único de saúde, para o cumprimento dos pisos salariais de que trata o §12 deste artigo.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

§15. Os recursos federais destinados aos pagamentos da assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo sistema único de saúde, para o cumprimento dos pisos salariais de que trata o §12 deste artigo serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 127, de 2022)

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CÓDIGO DE ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL DA TERAPIA OCUPACIONAL

BASE NORMATIVA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E RESPONSABILIDADE DO TERAPEUTA OCUPACIONAL

► Regulamentação profissional e sistema COFFITO/CREFITOs

O exercício da Terapia Ocupacional no Brasil possui base legal própria. O Decreto-Lei nº 938/1969 reconheceu e regulamentou as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, estabelecendo o exercício profissional dentro de competências legalmente definidas. A Lei nº 6.316/1975 criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, estruturando fiscalização, registro e disciplina profissional. Esse sistema normativo delimita direitos e deveres que acompanham a atuação em serviços públicos, privados, hospitalares, territoriais, educacionais e sociais. O profissional deve manter regularidade perante o conselho competente e atuar apenas em atividades para as quais tenha formação, competência e respaldo normativo.

Resolução COFFITO nº 81/1987 e atos profissionais

A Resolução COFFITO nº 81/1987 trata de atos complementares ao exercício profissional do terapeuta ocupacional e permanece referência histórica importante para caracterizar ações próprias da profissão. A prática atual, contudo, também é detalhada por resoluções posteriores relacionadas a especialidades e contextos específicos. Interpretar a atuação exige considerar o conjunto normativo vigente, evitando utilizar uma resolução antiga de forma isolada quando normas mais recentes detalham determinado campo. A responsabilidade profissional inclui conhecer alterações aplicáveis à área em que atua e não apresentar como competência própria um procedimento que dependa de qualificação específica.

► Competência técnica, limites e atualização normativa

Competência profissional reúne conhecimento, habilidade, julgamento e condições concretas para executar determinada ação com segurança. Ter autorização geral para atuar em um campo não significa dominar toda técnica possível dentro dele. O terapeuta ocupacional precisa reconhecer limites de formação, buscar qualificação quando necessário e encaminhar situações que ultrapassem sua capacidade. Essa obrigação é especialmente relevante em procedimentos especializados, confecção de dispositivos, práticas invasivas ou intervenções que envolvem riscos específicos. Instituições também possuem responsabilidades ao definir protocolos, equipamentos disponíveis e condições de trabalho.

Especialidades reconhecidas e campos regulamentados

O COFFITO possui resoluções que reconhecem especialidades da Terapia Ocupacional, entre elas Acupuntura, Contextos Sociais, Saúde da Família, Saúde Mental, Contextos Hospitalares, Gerontologia e Contexto Escolar. Entre as referências estão as Resoluções nº 405/2011, nº 406/2011, nº 407/2011, nº 408/2011, nº 429/2013, nº 477/2016 e nº 500/2018. Em 2025, novas normas organizaram aspectos do registro de qualificação e dos títulos de especialista, exigindo atenção às regras vigentes para apresentação profissional. O reconhecimento de uma especialidade não dispensa cumprimento das exigências de habilitação correspondentes.

A tabela organiza normas estruturantes pela finalidade, sem substituir a consulta às regras vigentes no exercício concreto.

Norma	Escopo principal	Implicação prática
Decreto-Lei nº 938/1969	regulamentação das profissões	delimita fundamento legal do exercício profissional
Lei nº 6.316/1975	criação do COFFITO e dos CREFITOs	estabelece sistema de registro, fiscalização e disciplina
Resolução COFFITO nº 81/1987	atos profissionais complementares	orienta competências gerais da Terapia Ocupacional
Resoluções de especialidades	campos específicos de atuação	detalham competências e requisitos próprios

A leitura conjunta ajuda a distinguir fundamento legal, fiscalização e regulamentação técnica. O terapeuta ocupacional precisa relacionar a norma ao contexto em que atua, mantendo-se atento a atualizações e exigências específicas de qualificação.

Responsabilidade técnica em instituições e trabalho multiprofissional

Atuar em equipe não dilui a responsabilidade de cada profissional. O terapeuta ocupacional responde pelos atos que executa, pelos registros que produz e pelos limites de sua competência, mesmo quando uma conduta foi solicitada por outro integrante da equipe. Solicitações incompatíveis com

AMOSTRA

atribuições profissionais precisam ser discutidas e, quando necessário, recusadas de forma fundamentada, preservando continuidade do cuidado. Da mesma maneira, assumir função de coordenação ou responsabilidade técnica implica organizar condições para prática compatível com normas, sem autorizar procedimentos apenas para atender metas administrativas.

Protocolos institucionais são referências importantes, porém não substituem o julgamento profissional nem podem contrariar normas superiores. Quando um serviço adota rotina que compromete sigilo, documentação ou segurança, o profissional deve utilizar os canais institucionais apropriados para comunicar o problema. A atuação ética envolve tanto a relação direta com usuários quanto a organização das condições em que o cuidado acontece.

ÉTICA E DEONTOLOGIA NO COTIDIANO PROFISSIONAL

► Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional

A Resolução COFFITO nº 425/2013 estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. O código orienta deveres relativos a respeito à dignidade, responsabilidade, competência, relações profissionais, sigilo, publicidade e proteção do usuário. Ética profissional não se resume a evitar punições; ela orienta decisões em situações nas quais interesses, direitos e riscos precisam ser equilibrados. O terapeuta deve tratar pessoas sem discriminação, proteger informações obtidas no cuidado e manter comunicação compatível com sua responsabilidade técnica. Também não deve prometer resultados que não possam ser garantidos ou utilizar a vulnerabilidade do usuário para obter vantagem.

Sigilo, privacidade e compartilhamento de informações

Informações clínicas e ocupacionais são confidenciais. O fato de vários profissionais integrarem a mesma equipe não autoriza circulação irrestrita de qualquer detalhe pessoal. O compartilhamento deve ser pertinente ao cuidado e respeitar responsabilidades institucionais e legais. Conversas em corredores, grupos de mensagens informais ou exposição desnecessária de imagens podem violar privacidade. Em atividades grupais, o terapeuta também precisa orientar participantes sobre respeito às informações compartilhadas, reconhecendo que não controla integralmente o comportamento de terceiros. Quando existe dever legal ou risco que justifique compartilhamento, a decisão deve seguir normas aplicáveis e limitar-se ao necessário.

► Prontuário, registros e responsabilidade documental

A Resolução COFFITO nº 415/2012 disciplina a obrigatoriedade do registro em prontuário pelo terapeuta ocupacional e aspectos relacionados à guarda e descarte. O registro clínico documenta avaliação, objetivos, intervenções, respostas, orientações e decisões relevantes. Deve ser claro, datado, identificável e compatível com o cuidado prestado. Informações vagas como “paciente bem” ou “realizada atividade” não permitem compreender raciocínio terapêutico nem continuidade. Ao mesmo tempo, o prontuário não deve acumular julgamentos pessoais ou detalhes sem relação com a assistência.

Qualidade do registro e comunicação responsável

Um bom registro descreve desempenho observado, barreiras, recursos utilizados e resposta à intervenção. Quando há recusa de uma proposta, deve documentar o que foi oferecido e as orientações pertinentes sem atribuir rótulos depreciativos. Correções seguem regras institucionais e não devem apagar indevidamente informações anteriores. Em serviços eletrônicos, acesso precisa respeitar perfis autorizados e proteção de dados. O terapeuta é responsável pelo conteúdo que registra e deve evitar copiar textos de outros atendimentos que não correspondam à situação atual.

Relações profissionais, publicidade e apresentação de resultados

A comunicação pública do trabalho deve preservar veracidade, dignidade dos usuários e limites de confidencialidade. Imagens clínicas, relatos de casos e comparações de “antes e depois” podem expor pessoas mesmo quando nomes não são mencionados, sobretudo em situações raras ou facilmente reconhecíveis. Consentimento específico e regras profissionais precisam ser observados quando houver uso permitido de informações ou imagens. A publicidade não deve prometer cura, resultado garantido ou superioridade baseada em afirmações sem sustentação. O mesmo cuidado vale para redes sociais e ambientes digitais vinculados ao exercício profissional.

Relações com colegas exigem respeito às competências e comunicação responsável. Divergências técnicas podem ser discutidas sem desqualificação pública ou disputa pela posse do caso. Quando há risco para o usuário, o dever de comunicar a situação pelos meios adequados prevalece sobre conveniência entre profissionais. Encaminhar para outra categoria ou especialista não representa perda de autonomia profissional; demonstra reconhecimento de limites e compromisso com cuidado integral.

Conflitos de interesse e proteção da relação terapêutica

A relação profissional não deve ser utilizada para obter benefícios pessoais, financeiros ou afetivos incompatíveis com o cuidado. Ofertas de produtos, serviços paralelos ou vantagens precisam ser analisadas à luz das normas éticas e da vulnerabilidade do usuário. Também é inadequado condicionar qualidade do atendimento a presentes, favores ou vínculos externos. Limites claros protegem ambas as partes e preservam confiança. Quando surge situação capaz de comprometer imparcialidade, o terapeuta precisa reconhecer o conflito e adotar conduta compatível com responsabilidades profissionais e institucionais.

Diante de um impasse ético, algumas ações ajudam a organizar a decisão profissional sem substituir as normas específicas do caso:

- Identificar os fatos relevantes e separar informação confirmada de interpretações ou pressões externas.
- Reconhecer direitos, deveres profissionais e possíveis riscos para a pessoa atendida.
- Escutar preferências do usuário e verificar se a comunicação foi acessível e suficiente.
- Considerar alternativas menos restritivas ou com menor potencial de dano quando existirem.
- Registrar a decisão, sua justificativa e os encaminhamentos necessários com linguagem profissional.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

